SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
CONSUN - CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA DE REUNIÃO DE CONSELHO N° 491

Rio Grande, 03 de julho de 2026.

Aos três dias de julho de dois mil e vinte e seis, às oito horas e quarenta e dois minutos, reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Universitário, sob a presidência da Prof.ª Suzane da Rocha Vieira Gonçalves, com a participação dos seguintes membros: **De forma presencial:** Alessandro de Lima Bicho, Artur Henrique Franco Barcelos, Carlos Alberto Barros Cruz Westhead Madsen, Carlos Alberto Fernandes, Christian Ramos Timm, Cleber Palma Silva, Cleusa Maria Lucas de Oliveira, Felipe da Silva Paulitsch, Gonzalo Velasco Canziani, Jorge Alberto Vieira Costa, José Francisco Almeida de Souza, Juliano César Marangoni, Leandro da Silva Saggiomo, Lilian da Silva Ney, Luiz Eduardo Correa Schein, Marco Aurélio Gomes Barbosa, Patrick Matos Freitas, Silvana Maria Bellé Zasso. A Secretária, a pedido da Senhora Presidenta, registrou a presença dos substitutos e o motivo da substituição: **De forma presencial:** Daiane Silva de Freitas, suplente de Adriana Elisa Ladeira Pereira, representante do IMEF; César Serra Bonifácio Costa, suplente de Amandio da Rosa Porciuncula, representante do IO; Maria Odete da Rosa Pereira, suplente de Claudete Miranda Abreu, representante do IE; Catia Rosana Dias Goulart, suplente de Myriam Lucia Chanci Arango, representante do ILA; Stella Minasi de Oliveira, Patrícia Bitencourt Toscani Greco, representante da EEnf, (titulares afastados por motivo de força maior); Cinthya Maria Schneider Meneguetti, suplente de Denise Maria Varella Martinez, representante da categoria docente (titular afastada por motivo de licença saúde) e Juliana Fausto Flores, suplente de Viviane Costa Touguinha Bauer (titular afastada para pós-graduação). **Por meio de webconferência**: Francine Silva Antelo, suplente de Itiara Gonçalves Veiga, representante da EQA/SAP (titular afastada a serviço da Universidade); Érika Xavier da Silveira Marques, suplente de Fabíula Weickamp (representante da Sociedade). Todos participam com o direito a voz e voto. **Justificaram ausência:** Danilo Giroldo, ex-reitor; Ednei Gilberto Primel, Vice-reitor e Vice-presidente do CONSUN; Artur Roberto de Oliveira Gibbon, representante do ICEAC (titular afastado a serviço da Universidade); Eduardo Pitrez de Aguiar Correa e Liane Francisca Huning Pazinato, representantes da FADIR, (titular e suplente, respectivamente, ambos em férias); Ernesto Luiz Gomes Alquati, representante da EE (titular afastado por motivo de força maior); Mayara Roberta Martins, representante do ICHI/SVP; (titular afastada por motivo de licença saúde); Raphael Albuquerque de Boer, representante do ILA/SVP (titular afastado a serviço da Universidade) e Lúcia Lovato Leiria, representante do ILA/SVP (suplente afastada por motivo de força maior); Felipe Santos da Silva, representante da categoria dos discentes da graduação (titular afastado por motivo de força maior) e Gustavo Henrique Feddersen, representante da categoria docente, (titular em férias). Não justificaram ausência: Cláudia Beatriz Pio Borges, representante TAE do ICB; Cristiane Lima Terra Fernandes, representante da categoria Docente e Daniel Borba de Avila, representante da categoria dos discentes da graduação. Participaram, na condição de convidados, após a aprovação do plenário: Simone Grohs Freire (Pró-Reitora da Pró-reitoria de Graduação - PROGRAD; Daniel Pereira da Costa (Pró-Reitor da Pró-Reitoria de Infraestrutura - PROINFRA); Elenise Ribes Rickes (Pró-Reitora da Pró-Reitora de Planejamento e Administração - PROPLAD); Alex Sandro Rodrigues Martins (Diretor da Diretoria de Administração Financeira e Contábil - DAFC/PROPLAD); Jozeneidi Costa Machado (Diretora da Diretoria de Planejamento - DIPLAN/PROPLAD); Karina Ribeiro da Silva Molina (Presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar CPPAD); Karine Massia Pereira (Secretária de Integridade, Transparência e Controle Social - SITC); Rafael Lipinski Paes (Assessor da Reitora - Projetos Estratégicos); Mozart Tavares Martins Filho (Assessor da Reitora - Projetos Estratégicos); Elisa Girotti Celmer (Vice-Diretora da Faculdade de Direito - FaDir); Danúbia Bueno Espíndola (Diretora Executiva da FAURG); Juliana Perazzo (FAURG); José Flávio Ávila (representante do Sindicato dos Técnicos-Administrativos em Educação das

Instituições Federais de Ensino no município do Rio Grande/RS - APTAFURG); Renato Zacarias da Silva (representante da APTAFURG) e Aline Arrieche Freitas (Auditora Interna - AUDIN). Todos participam com o direito à voz, sem direito a voto. A Senhora Presidenta informou que a reunião ainda não havia sido iniciada, tendo em vista que alguns pontos da pauta, nos termos do Regimento Interno do CONSUN, exigem quórum de dois terços dos(as) Conselheiros(as), o qual ainda não havia sido atingido. Em seguida, consultou os(as) Conselheiros(as) presentes sobre a concordância em dar início à reunião, deliberando, inicialmente, sobre os pontos da pauta que não exigem quórum qualificado e, posteriormente, apreciar pontos que exigem, quais sejam, os itens 5, 6, 7, 8 e 13. A proposta foi submetida à consulta dos(as) conselheiros(as), tendo a concordância unânime dos presentes. Após, a Senhora Presidenta colocou em discussão a ordem do dia, conforme segue: **1º) Aprovação da ata 490 -** Tendo em vista que a ata fora disponibilizada, antecipadamente, aos(às) conselheiros(as), para conhecimento dos assuntos abordados na última reunião, a Senhora Presidenta questionou se havia alguma manifestação a respeito desta ata. Não havendo, a ata nº 490 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; **2º) Indicação do Cons. Ednei Gilberto Primel - Processo nº 23116.007055/2025-13 - Homologação do Ato Executivo 9/2026 - Prorrogação dos prazos previstos nos incisos II, III, IV e V do Artigo 7º, da Resolução CONSUN/FURG nº 60, de 2025, que dispõe sobre a organização e a metodologia do processo de revisão do Estatuto da Universidade Federal do Rio Grande - FURG -** A Indicação propõe a homologação do Ato Executivo nº 9/2026 que trata da prorrogação dos prazos previstos nos incisos II, III, IV e V do Artigo 7º, da Resolução CONSUN/FURG nº 60, de 2025, que dispõe sobre a organização e a metodologia do processo de revisão do Estatuto da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. A Indicação foi lida pela Senhora Presidenta. A Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; **3º) Indicação da Cons. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves - Processo nº 23116.017599/2025-85 - Proposta da 3ª edição do Plano de Integridade da FURG -** A Indicação propõe a 3ª edição do Plano de Integridade da FURG. A Indicação foi lida pela autora. A Senhora Presidenta solicitou para a convidada Karina Ribeiro da Silva Molina que fizesse um breve contexto do referido Plano. A convidada Karina Molina informou que o Plano de Integridade havia sido elaborado a partir de reuniões que envolveram todas as instâncias de integridade da FURG, tais como a Ouvidoria, a Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - PROGEP, a PROPLAD, a AUDIN e a CPPAD. Esclareceu que todas essas instâncias, durante o processo de elaboração do Plano, haviam proposto ações voltadas ao aprimoramento de suas atividades inerentes aos riscos à integridade. Informou, ainda, que, no âmbito da Secretaria de Integridade, Transparência e Controle Social (SITC), a Universidade havia sido avaliada por meio do preenchimento do Formulário de Modelo de Maturidade em Integridade Pública, instrumento aplicado a todos os órgãos públicos por demanda da área de controle externo da Controladoria-Geral da União (CGU). Esclareceu que os resultados desse diagnóstico permitiram identificar aspectos ainda inexistentes, incipientes ou que necessitam de maior consolidação, os quais serviram de base para a definição de ações de melhoria a serem incorporadas ao Plano de Integridade, seja como ações específicas, seja como propostas voltadas ao fortalecimento da integridade institucional. Informou que o Plano de Integridade passou a contemplar 25 ações, distribuídas entre todas as instâncias envolvidas. A Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; **4º) Indicação da Cons. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves - Processo nº 23116.006652/2026-01 - Solicitação de instituição do protocolo da Ouvidoria das Mulheres no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande - FURG -** A Indicação propõe a instituição do protocolo da Ouvidoria das Mulheres no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. A Indicação foi lida pela autora. A Senhora Presidenta informou que a proposta começou a ser desenvolvida pela gestão da Universidade no ano anterior. Esclareceu que algumas universidades já haviam instituído um protocolo denominado "Ouvidoria das Mulheres", sendo a Universidade Federal de Ouro Preto a primeira a implementá-lo. Destacou que a proposta estava em consonância com o Guia Lilás, da Controladoria-Geral da União (CGU), que orienta os procedimentos de acolhimento, atendimento e enfrentamento das diversas formas de violência de gênero. Relatou que, em conversa realizada à época com a equipe da Ouvidoria, verificou-se que a iniciativa já havia sido cogitada anteriormente, mas ainda não materializada. Diante disso, solicitou que a Ouvidoria elaborasse uma proposta para sua implementação. Esclareceu que se trata de um protocolo, e não da criação de uma nova Ouvidoria, uma vez que a Universidade, assim como as demais instituições públicas, conta com apenas uma Ouvidoria. Informou que o objetivo do protocolo consistia em conferir maior agilidade ao tratamento de denúncias relacionadas à violência de gênero, bem como proporcionar maior segurança às denunciantes. Ressaltou que, conforme relatos de outras instituições,

esse tipo de denúncia frequentemente demanda mais tempo para tramitação, e em alguns casos, poderia estar relacionada ao fato de o acolhimento inicial ser realizado por servidores do gênero masculino. Acrescentou que estudos indicam que o acolhimento dessas denúncias por mulheres favorece maior agilidade na condução dos procedimentos, razão pela qual o protocolo prevê que a Ouvidora ou a Ouvidora Adjunta realize esse atendimento. Esclareceu que a convidada Karina Molina não exerce mais o cargo de Ouvidora, sendo atualmente a Corregedora da Universidade, enquanto a convidada Karine Pereira é a atual Ouvidora, mas que durante a elaboração da proposta integrava a equipe da Ouvidoria. A convidada Karine Pereira reforçou as informações apresentadas pela Senhora Presidenta e esclareceu que se trata de um protocolo que estabelece especificidades para o tratamento de denúncias de violência contra a mulher, que o documento contempla definições sobre a composição da equipe da Ouvidoria das Mulheres, estabelece prazos específicos para a tramitação das manifestações, com o objetivo de conferir maior agilidade ao tratamento dessas denúncias, define canais exclusivos de atendimento, aprimora os fluxos já existentes na Ouvidoria e promove a articulação entre as unidades responsáveis pelas ações de prevenção, orientação, recebimento e enfrentamento dessas manifestações. Acrescentou que, em conjunto com o protocolo, foi elaborada uma cartilha de orientação destinada à divulgação junto à comunidade universitária, com a finalidade de dar amplo conhecimento sobre o funcionamento e os objetivos da Ouvidoria das Mulheres. A convidada Karina Molina registrou que os dados apresentados anteriormente fundamentam a implementação do protocolo. Esclareceu que a proposta já vinha sendo discutida há algum tempo, justamente em razão das informações obtidas por meio dos relatórios elaborados anualmente pela Ouvidoria. Informou que esses relatórios demonstraram que, na maioria dos casos, as vítimas das manifestações relacionadas à violência são mulheres, o que justifica a adoção de um protocolo específico voltado à ampliação da proteção às denunciantes e promover uma articulação mais efetiva entre as unidades envolvidas, de modo a assegurar que o tratamento das denúncias ocorra de maneira efetiva, evitando que as vítimas permaneçam longos períodos aguardando providências e reduzindo situações de revitimização, decorrentes da necessidade de relatar repetidamente os episódios de violência. Salientou que tanto o Protocolo da Ouvidoria das Mulheres quanto a Sala Lilás irão contribuir significativamente para o enfrentamento da violência de gênero no âmbito da Universidade. Na sequência, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; **5º) <u>Indicação da Cons. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves - Processo nº 23116.005942/2026-20 - Alteração do Regimento Geral da FURG e do Regimento Interno da Reitoria para Reestruturação da Governança Institucional com a Criação da Secretaria de Governança - SEGOV, Inclusão da Ouvidoria na estrutura da Reitoria e Revogação da Secretaria de Integridade, Transparência e Controle Social - SITC</u> -** A Indicação propõe a alteração do Regimento Geral da FURG e do Regimento Interno da Reitoria para Reestruturação da Governança Institucional com a criação da Secretaria de Governança - SEGOV, a inclusão da Ouvidoria na estrutura da Reitoria e a revogação da Secretaria de Integridade, Transparência e Controle Social - SITC. A Indicação foi lida por mim, Bruna Coi, Secretária Executiva dos Conselhos. A Senhora Presidenta explicou que a proposta de criação da SEGOV já integrava o programa de gestão apresentado quando a atual administração se colocou à disposição para assumir a Reitoria, tendo a governança sido definida como um dos eixos estratégicos de atuação. Relatou que, no ano anterior, ela e o Cons. Ednei Primel, promoveram a alteração das atribuições do convidado Rafael Paes, que deixou a Pró-Reitoria de Infraestrutura - PROINFRA para atuar diretamente no Gabinete da Reitoria, com a finalidade de estruturar a política de governança da Universidade. Destacou que essa iniciativa foi considerada estratégica pela gestão, pois o trabalho integrado de governança, desenvolvido em conjunto com todas as pró-reitorias, possibilitou o aprimoramento dos processos de gestão institucional. Ressaltou que os resultados desse trabalho puderam ser observados ao final do exercício, com a redução do déficit da Universidade, resultado atribuído ao esforço coletivo de todas as pró-reitorias e das unidades acadêmicas. Acrescentou que, para alcançar esse objetivo, foi necessária a adoção de medidas restritivas que impactaram em toda a Universidade, mas que foram implementadas a partir de uma concepção de governança baseada na atuação articulada entre os diversos setores da instituição. Afirmou que essa experiência reforçou a compreensão da gestão quanto à importância da consolidação da governança institucional. Informou, ainda, que, conforme consta na Indicação apresentada, embora a Ouvidoria tivesse obtido a avaliação máxima em todos os critérios analisados, foi apontada a necessidade de que o órgão estivesse vinculado diretamente à Reitoria, de forma autônoma, assim como já ocorria com a AUDIN e a CPPAD. Diante disso, a gestão entendeu ser necessária a desvinculação da Ouvidoria da SITC. Destacou que, no âmbito da administração pública, a governança encontra-se diretamente relacionada à gestão de riscos, à integridade e à transparência, razão pela qual a criação da SEGOV representa um

redesenho para melhor atuação na gestão da Universidade. Por fim, solicitou ao convidado Rafael Paes para apresentar a proposta de criação da SEGOV e informou que, posteriormente, a Ouvidora, Karine Pereira, poderia complementar, esclarecendo que as atribuições da Ouvidoria permanecem inalteradas, passando apenas a ser exercidas por um órgão autônomo, diretamente vinculado à Reitoria. O Convidado Rafael Paes disse estar muito satisfeito em poder compartilhar desse momento, o qual considerou importante e alinhado ao desenvolvimento da FURG, principalmente em função da complexidade decorrente do crescimento institucional. Explicou que, para que a Universidade alcance uma melhor capacidade de monitoramento e desenvolvimento, foi proposto a criação da SEGOV, alinhada às boas práticas de governança, conforme mencionado pela Senhora Presidenta, envolvendo gestão de riscos, integridade, transparência e os princípios da governança. Ressaltou que a SEGOV possuirá caráter colaborativo e que trabalhará de forma articulada com diversas instâncias da Universidade. Destacou que, tradicionalmente, a estrutura organizacional da FURG é composta por estruturas verticais, organizadas em departamentos, e que a nova unidade tem como objetivo articular ações, avaliar, monitorar e auxiliar na implementação de políticas institucionais. Informou que o objetivo seria constituir uma unidade capaz de promover essa articulação, com vistas à implementação de todas as ações previstas no planejamento institucional. A convidada Karine Pereira informou que a Ouvidoria passará a estar diretamente vinculada à Reitoria, deixando de exercer as atribuições relacionadas à transparência e à integridade, que passará a ser de responsabilidade da SEGOV. Colocou-se à disposição para colaborar e contribuir com o processo de transição. Na sequência, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. A Cons. Juliana Flores parabenizou a indicação apresentada e relatou que havia participado do Núcleo de Apoio Executivo (NUEX), bem como da criação e da implantação da gestão de riscos na Universidade, processo liderado pelo convidado Rafael Paes. Manifestou satisfação ao saber que a iniciativa, que havia se iniciado como um projeto institucional, passará a integrar a estrutura da Secretaria de Governança. Afirmou que, com essa incorporação, a gestão de riscos ganhará maior fortalecimento no âmbito da Universidade, deixando de ser apenas um projeto para tornar-se uma estrutura institucional. Acrescentou que o convidado Rafael Paes enfrentará muitos desafios à frente da Secretaria, mas declarou ter plena confiança em sua competência para exercer a gestão da unidade. Manifestou satisfação por participar daquele momento e pela possibilidade de o Conselho aprovar a criação da Secretaria de Governança. A Senhora Presidenta destacou que a manifestação da Cons. Juliana Flores foi bastante pertinente, uma vez que a Administração também havia assumido o compromisso de institucionalizar a gestão de riscos. Explicou que a atividade era desenvolvida por meio de um núcleo, que não integrava formalmente a estrutura organizacional da Universidade, e que, com a criação da Secretaria de Governança, passará a compor oficialmente essa estrutura. Ressaltou que a Cons. Juliana Flores fez parte desse processo e contribuiu significativamente no âmbito do NUEX, assim como a Cons. Viviane Bauer, que se encontrava afastada para a realização do doutorado, e as professoras vinculadas ao Laboratório de Engenharia de Produção, que também integravam o NUEX e participaram da construção desse trabalho. A Cons. Cleusa de Oliveira parabenizou os convidados Rafael Paes e Karine Pereira, destacando que ambos desempenham suas funções com excelência e muito respeito. A Senhora Presidenta concordou com a manifestação da Cons. Cleusa e afirmou que são dois colegas valorosos. Não havendo manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; **6º) Indicação da Cons. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves - Processo nº 23116.007837/2026-25 - Proposta de alteração do Regimento Interno da Reitoria para Criação da Diretoria de Processos Seletivos na estrutura da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) -** A Indicação propõe a alteração do Regimento Interno da Reitoria para a criação da Diretoria de Processos Seletivos na estrutura da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). A Indicação foi lida pela autora. A Senhora Presidenta informou que, conforme era de conhecimento de todos, a gestão havia proposto, por meio da PROGRAD, a retomada do vestibular. Destacou que a convidada Simone Freire, Pró-Reitora de Graduação, realizou um amplo acompanhamento do tema, analisando a estrutura de outras Universidades que já possuíam uma diretoria responsável pelos processos de ingresso. Explicou que, embora o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) seja frequentemente percebido como um processo externo à Universidade, ele gera uma demanda significativa para a PROGRAD. Esclareceu que, embora a Universidade não fosse responsável pela elaboração e aplicação das provas, o Sisu acarreta um conjunto expressivo de atividades administrativas. Acrescentou que, nos últimos anos, a Universidade havia diversificado suas formas de ingresso e que, diante desse cenário e da retomada do vestibular, a gestão avaliou ser necessária a criação de um setor dedicado exclusivamente aos processos de ingresso na instituição. Esclareceu que a Diretoria ainda não havia sido formalmente aprovada, mas já se encontra em pleno funcionamento. A Senhora Presidenta solicitou à convidada Simone Freire, que apresentasse esclarecimentos e comentários sobre a proposta. A convidada Simone Freire esclareceu que a PROGRAD

administra atualmente um volume considerável de processos seletivos, abrangendo tanto os processos seletivos específicos da Universidade quanto o Sisu. Destacou que o Sisu vem sendo continuamente aperfeiçoado e que estabelece uma série de exigências que demandam a dedicação de todos os servidores da PROGRAD para o cumprimento dos prazos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e para garantir o ingresso dos estudantes. Acrescentou que a retomada do vestibular atribui à Universidade uma responsabilidade significativa, por envolver todas as etapas de planejamento, elaboração e execução do processo seletivo. Informou que, a partir da análise das estruturas adotadas por outras universidades e das discussões realizadas com outros Pró-Reitores de Graduação, constatou-se a necessidade de instituir uma diretoria dedicada especificamente ao planejamento e à condução dos processos seletivos. Ressaltou que uma das principais metas da PROGRAD é assegurar o ingresso dos estudantes e que, diante das constantes alterações na legislação, tornou-se necessária a criação dessa diretoria. Reforçou a manifestação da Senhora Presidenta ao esclarecer que, embora a Diretoria ainda dependa de aprovação formal para sua instituição, a Técnica-Administrativa em Educação Marisa Musa já está desempenhando as atividades relacionadas à área, uma vez que o planejamento do vestibular não poderá ser interrompido e que o edital será, em breve, encaminhado ao Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração (COEPEA) para apreciação. Na sequência, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. A Cons. Silvana Zasso manifestou-se favoravelmente à criação da Diretoria de Processos Seletivos, afirmando que se trata de uma demanda histórica da PROGRAD, em razão da diversidade de processos seletivos administrados pela unidade. No entanto, informou que sua manifestação tinha como objetivo solicitar esclarecimentos sobre o processo de retomada do vestibular. Relatou que, como professora da Universidade, foi surpreendida pela decisão de retomar o vestibular. Reconheceu que a medida poderia ter sido debatida em outras instâncias das quais não participou, como o COEPEA, e afirmou compreender o contexto institucional, especialmente diante da existência de vagas ociosas. Considerou que a retomada do vestibular constitui de uma estratégia importante para ampliar o ingresso de estudantes, sobretudo da região, mas destacou que sentiu falta de um debate mais amplo com a comunidade universitária sobre o tema. Acrescentou que também havia sido surpreendida pelas informações, ainda não oficiais, de que o vestibular não incluirá prova de redação. Ressaltou que, caso essa informação se confirmasse, a medida lhe causou preocupação, considerando que, em sua experiência como docente, os estudantes ingressam na Universidade com significativas lacunas de escrita. Observou que, embora uma prova de redação não solucionasse todos os problemas relacionados ao domínio da escrita, entende que sua ausência merece reflexão. Diante disso, solicitou que a Senhora Presidenta comentasse como o processo de retomada do vestibular havia sido pensado e discutido, uma vez que considera a iniciativa positiva, mas lamenta não ter participado das discussões que a antecederam. Em relação à reestruturação da PROGRAD, destacou a importância de também ser considerada a criação de uma Central de Estágios, lembrando que constitui de uma demanda histórica dos cursos de graduação e que foi mencionada durante o período de campanha da atual gestão. A Senhora Presidenta informou que a criação da Central de Estágios permanece em discussão e que a implementação da estrutura enfrenta limitações decorrentes do reduzido número de servidores disponíveis nos setores da Universidade, mas afirmou que a gestão vem estudando alternativas para viabilizar seu funcionamento. Em relação à retomada do vestibular, esclareceu, inicialmente, que, durante o período da candidatura da atual gestão, havia sido assumido o compromisso de ampliar as formas de ingresso na Universidade. Recordou que diversas manifestações da comunidade universitária defendiam a adoção de um processo seletivo seriado, nos moldes do utilizado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no qual os estudantes realizam avaliações ao longo dos três anos do ensino médio. Explicou que a avaliação realizada pela gestão demonstrou que a implantação desse modelo demandaria elevado investimento financeiro, incompatível com as condições orçamentárias atuais da Universidade, além de produzir resultados apenas após três anos de sua implementação. Acrescentou que a FURG vem enfrentando dificuldades para o preenchimento de suas vagas de graduação, registrando, atualmente, cerca de 60% de ocupação das vagas ofertadas por meio do Sisu, permanecendo aproximadamente 40% das vagas sem preenchimento. Informou que, diante desse cenário, a PROGRAD realiza processos seletivos complementares, os quais são limitados pelos prazos do calendário acadêmico, uma vez que o ingresso tardio dos estudantes pode ultrapassar o limite de 75% de frequência exigido. Ressaltou que, em diversas ocasiões, os estudantes ingressaram quando o primeiro bimestre já estava em andamento, situação considerada prejudicial tanto para os discentes quanto para a Universidade, embora necessária para ampliar a ocupação das vagas. Informou que a gestão já vinha dialogando com os diretores das unidades acadêmicas sobre a apresentação da proposta de retomada do vestibular ainda naquele ano. Destacou que, durante o trabalho desenvolvido no ano anterior, especialmente no âmbito das ações de governança coordenadas pelo convidado Rafael Paes, foram aprofundados os

estudos sobre a distribuição da matriz orçamentária da Universidade e sobre os critérios de distribuição de docentes e técnicos entre as instituições federais de ensino superior. Explicou que ambos os modelos tinham como principal referência o número de estudantes, considerando, especialmente, os estudantes ingressantes, matriculados e concluintes. Acrescentou que outros fatores também influenciam os cálculos, como a oferta de cursos noturnos, cursos fora da sede e cursos que demandam atividades laboratoriais, mas enfatizou que o quantitativo de estudantes permanece como o principal indicador. Esclareceu que, de acordo com os dados do Censo da Educação Superior, a Universidade possui menos de 7.500 estudantes de graduação. Em resposta à manifestação da Conselheira Silvana Zasso, reconheceu que não houve tempo hábil para promover uma discussão mais ampla com todas as unidades acadêmicas acerca da retomada do vestibular. Informou, entretanto, que a proposta já vinha sendo debatida internamente e que recebeu apoio de parte da comunidade universitária, razão pela qual a gestão optou por implementá-la. Destacou que a PROGRAD assumiu a condução da iniciativa e contou com a colaboração da Técnica-Administrativa em Educação Marisa Musa, responsável pela coordenação do último vestibular da FURG, que aceitou integrar a equipe da PROGRAD. Reiterou que a Universidade precisa adotar medidas para ampliar o número de estudantes ingressantes e, principalmente, garantir sua permanência e conclusão dos cursos. Destacou, ainda, que o calendário do Sisu também contribuiu para as dificuldades enfrentadas pela instituição, explicando que as matrículas iniciaram no começo de fevereiro e que, diferentemente do procedimento adotado em anos anteriores. Disse que atualmente todo o processo é mais demorado, pois os estudantes ingressam por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e precisam apresentar ampla documentação para matrícula, além de passar por procedimentos de heteroidentificação e, quando cabível, por perícias destinadas aos candidatos Pessoa com Deficiência (PcD). Ressaltou que todas essas etapas tornam o processo mais lento. Acrescentou que, embora existissem candidatos classificados possibilitando a realização de novos chamamentos, a Universidade não pode convocá-los após transcorridos aproximadamente 25% do período letivo, em razão do limite de frequência. Informou que essa situação havia impedido o preenchimento integral de vagas em cursos como Medicina, Direito e Psicologia, destacando que, neste ano, apenas o curso de Pedagogia, no turno diurno, havia alcançado o preenchimento de 100% das vagas ofertadas. Esclareceu que a maioria dos cursos possui demanda suficiente, mas que o calendário do Sisu impede o aproveitamento de todos os candidatos. Afirmou que a retomada do vestibular tem como objetivo permitir a divulgação da lista de aprovados no início do mês de janeiro, possibilitando a realização de diversos chamamentos antes do início das aulas. Informou que a intenção da gestão é de avaliar, no primeiro semestre do ano seguinte, os resultados da realização simultânea do vestibular e do Sisu, verificando se essa estratégia contribuirá para ampliar o ingresso de estudantes na Universidade. A convidada Simone Freire destacou que um dos fatores determinantes para a retomada do vestibular foi o compromisso da Universidade com o seu território. Explicou que essa demanda não partia apenas da comunidade rio-grandina, mas de toda a região, e que a iniciativa busca superar a percepção de que a Universidade permanece em uma “bolha”, fortalecendo sua integração não apenas por meio das ações de extensão, mas também pela ampliação das oportunidades de ingresso da população que vive a instituição de forma direta ou indireta. Informou que vem acompanhando as discussões com Pró-Reitores de Graduação de outras universidades e que a retomada do vestibular está sendo adotada por diversas instituições. Explicou que, além das limitações do Sisu, frequentemente ocorrem situações em que candidatos aprovados, provenientes de regiões distantes do país, optam por não efetivar a matrícula. Como o cronograma do Sisu é extenso, muitas dessas vagas permaneceram desocupadas, impossibilitando seu preenchimento em tempo hábil. Ressaltou que essa situação é preocupante, considerando o papel social da Universidade pública na promoção do acesso à educação, independentemente da condição socioeconômica dos estudantes. Citando Paulo Freire, afirmou que a educação, embora não transformasse o mundo sozinha, tornava possíveis as transformações sociais e que, sem ela, essas mudanças seriam muito mais difíceis. Em relação à ausência da prova de redação no vestibular, informou que havia verificado, no âmbito do Colégio de Pró-reitores de Graduação das IFES – COGRAD, que diversas universidades já não adotam mais esse modelo de avaliação. Esclareceu que a FURG optou pela inclusão de duas questões discursivas, por entender que a simples exigência de uma redação poderá representar um fator mais excludente do que inclusivo, diante das desigualdades existentes na formação escolar dos candidatos. Acrescentou que a PROGRAD vem desenvolvendo um trabalho voltado ao fortalecimento da formação de professores, por compreender que as dificuldades relacionadas à escrita e à aprendizagem estão diretamente vinculadas aos desafios enfrentados pela educação básica. Informou que estavam sendo realizadas reuniões no âmbito do Grupo de Estudos das Licenciaturas da FURG - PANGEA, bem como ações conjuntas com docentes das licenciaturas e de outros cursos, com o objetivo de construir estratégias que contribuam para o

fortalecimento da formação docente. Destacou que entendia ser essa a principal medida para promover mudanças em um cenário marcado por profundas desigualdades e por limitações no acesso à educação para grande parcela da população brasileira. A Senhora Presidenta acrescentou que a adoção de duas questões discursivas segue um modelo já utilizado por outras universidades. Explicou que ambas serão compostas por respostas dissertativas de maior extensão e que, somadas, correspondem aproximadamente ao número máximo de linhas anteriormente previsto para a redação. Informou, ainda, que tanto a definição das duas questões discursivas, quanto a seleção das obras literárias do vestibular, foram discutidas em conjunto com docentes do Instituto de Letras e Artes - ILA. A Cons. Cátia Goulart reiterou o encaminhamento da discussão, destacando que a adoção de questões discursivas possibilita ao candidato desenvolver e expor seu raciocínio de forma orientada e considerou pertinente a estrutura proposta para o processo seletivo. O Cons. Cleber Palma afirmou que as explicações apresentadas pela Senhora Presidenta evidenciam a necessidade de adoção de medidas para ampliar a ocupação das vagas públicas da Universidade, ressaltando que a instituição deveria manter um esforço permanente para preencher essas vagas e garantir a permanência dos estudantes. Entretanto, observou que a Universidade também enfrenta um momento desafiador em relação ao perfil dos jovens que ingressam no ensino superior. Manifestou o entendimento de que a retomada do vestibular, por si só, provavelmente não produzirá mudanças significativas na qualidade da formação dos futuros estudantes em comparação ao ingresso pelo Sisu. Destacou, contudo, a necessidade de a Universidade desenvolver, paralelamente às ações de ingresso, mecanismos de acolhimento aos estudantes com ações permanentes que possibilitem aos ingressantes compreender o funcionamento da Universidade e sentir-se efetivamente pertencentes ao ambiente acadêmico. Afirmou que muitos estudantes chegam à instituição com lacunas de conhecimento e com experiências bastante distintas daquelas vivenciadas no contexto universitário, razão pela qual considera fundamental que fosse desenvolvidas estratégias de integração. Defendeu a implementação de ações contínuas de acolhimento, para além da semana inicial de recepção, contemplando orientações sobre a vida universitária, incentivo ao pensamento crítico, combate à desinformação e maior envolvimento dos estudantes nas atividades acadêmicas, especialmente nos laboratórios. Acrescentou que já havia manifestado essa preocupação na primeira reunião realizada com a atual gestão, destacando que a Universidade enfrentava dificuldades para manter os estudantes envolvidos nas atividades acadêmicas, mesmo após o ingresso, o que contribui para a evasão. Concluiu afirmando que, embora não possuísse uma solução pronta para o problema, considera imprescindível que a instituição reflita sobre estratégias que, além de ampliar o preenchimento das vagas, garanta a permanência dos estudantes e sua efetiva integração ao ensino superior. A Senhora Presidenta afirmou que a Universidade não tem a expectativa de que a retomada do vestibular altere o nível de conhecimento com que os estudantes ingressam na instituição. Explicou que o perfil dos novos ingressantes é resultado, em grande medida, da reforma do ensino médio, a qual reduziu a carga de diversos conteúdos curriculares tradicionalmente trabalhados na educação e em substituição a esses conteúdos, foram incorporados ao currículo escolar novos componentes formativos, que, em sua avaliação, não proporcionam o aprofundamento científico necessário para o ingresso no ensino superior. Ressaltou que essa questão é um desafio permanente para a Universidade e que a realização do vestibular, por si só, não seria suficiente para solucioná-lo. Destacou, entretanto, que a instituição poderia e deveria refletir sobre estratégias para enfrentar essa realidade, considerando que o ingresso na Universidade frequentemente evidencia um conflito de gerações. Observou que esse processo exige, por parte dos docentes, a compreensão de quem eram os jovens que chegavam à instituição e das condições em que ingressaram, bem como, por parte dos estudantes, a compreensão de que o ensino superior possui características próprias, exigindo autonomia, dedicação aos estudos e aprofundamento dos conhecimentos, não sendo possível concluir um curso superior sem o tempo necessário para estudar e apropriar-se dos conhecimentos. Não havendo manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Antes de passar para o próximo ponto de pauta, a Senhora Presidenta informou que, assim como havia sido realizado ao final do ano anterior, durante a Assembleia Universitária em que foram apresentados dados institucionais, a gestão pretende, em conjunto com a SEGOV e a PROGRAD, promover a apresentação à comunidade universitária dos dados relacionados aos cursos da Universidade. Explicou que a intenção é analisar, os dados referentes ao ingresso, à permanência e à conclusão dos cursos, de modo a subsidiar a construção de estratégias institucionais. Ressaltou que não basta ampliar o ingresso de estudantes na Universidade, sendo igualmente necessário desenvolver ações que favoreçam sua permanência e a conclusão de seus cursos; **7º) Indicação da Cons. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves - Processo nº 23116.008968/2026-20 - Proposta de alteração no Regimento Interno da Reitoria para Criação da Diretoria de Manutenção na estrutura da Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA) -** A Indicação

propõe a alteração a alteração no Regimento Interno da Reitoria para a criação da Diretoria de Manutenção na estrutura da Pró-Reitoria de Infraestrutura - PROINFRA. A Indicação foi lida pela autora. A Senhora Presidenta esclareceu que a proposta de alteração da estrutura da PROINFRA está associada a uma demanda institucional e a um compromisso assumido pela atual gestão durante o período de candidatura, que consistia em repensar o modelo de manutenção da Universidade. Explicou que, até então, as atividades de manutenção encontram-se divididas entre a Prefeitura Universitária - PU e a Diretoria de Obras - DOB, cada uma responsável por atribuições específicas. Ressaltou que essa divisão frequentemente dificulta o acompanhamento das demandas de manutenção e gera dúvidas entre as unidades acadêmicas e administrativas, que muitas vezes não sabem a qual setor devem encaminhar suas solicitações. Acrescentou que a gestão também avaliou que, embora a Universidade continue a receber novas obras e edificações, citando, como exemplo, a construção de restaurantes universitários em dois Campi, o cenário atual era distinto daquele vivido durante o período do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), quando a execução de obras constituía a principal atividade da PROINFRA. Destacou que, atualmente, a principal demanda da Pró-Reitoria estava relacionada à manutenção da infraestrutura existente. Informou, ainda, que a extinção de diversos cargos ao longo dos anos levou a Universidade a ampliar a contratação de serviços terceirizados, tornando necessária uma estrutura específica para coordenar, acompanhar e fiscalizar esses contratos de forma integrada. Esclareceu que, diante dessa avaliação, o convidado, Daniel da Costa, Pró-Reitor da PROINFRA, juntamente com sua equipe, elaborou a proposta de criação de uma diretoria específica para fortalecer a gestão da manutenção na Universidade. Por fim, solicitou ao convidado que apresentasse os esclarecimentos sobre a proposta. O convidado Daniel da Costa manifestou satisfação por participar da discussão acerca da proposta de criação da nova diretoria no âmbito da PROINFRA. Destacou que a proposta está alinhada a uma demanda crescente da Instituição, decorrente do aumento do volume e da complexidade das atividades de manutenção da Universidade. Esclareceu que a FURG possui mais de 150 prédios distribuídos em seus Campi, os quais demandam um grande conjunto de serviços de manutenção, abrangendo não apenas a estrutura civil, mas também equipamentos, sistemas e diversos dispositivos indispensáveis ao funcionamento dos espaços, todos sujeitos à manutenção contínua. Informou que, diante da necessidade de aperfeiçoar o controle e a gestão das ações de manutenção e considerando a forma como essas atividades estavam organizadas na PROINFRA, entendeu-se pertinente a criação de uma unidade específica voltada exclusivamente à manutenção. Explicou que essa nova diretoria concentrará todas as ações relacionadas à manutenção institucional, incluindo as áreas predial, elétrica, civil e de equipamentos, promovendo maior integração e eficiência na gestão. Esclareceu que, até então, as atividades de manutenção encontram-se divididas entre a Prefeitura Universitária (PU) e a Diretoria de Obras (DOB), as duas diretorias existentes na estrutura da PROINFRA, o que ocasiona a fragmentação das ações entre essas unidades administrativas. Destacou que a proposta consiste em reunir todos os atos de manutenção em uma única diretoria, com atuação específica nessa área. Acrescentou que a proposta também responde ao crescimento do número de contratos relacionados à manutenção, cuja gestão e fiscalização demandam maior centralização. Informou que a PROINFRA administra mais de 50 contratos e atos administrativos, dos quais aproximadamente 40 eram contratos continuados com impacto direto no orçamento institucional, incluindo contratos com e sem dedicação exclusiva de mão de obra. Além desses, existem diversos contratos vinculados à PROINFRA, como aqueles firmados com permissionários e contratos de escopo específico, que, embora não sejam classificados como continuados, também estão sob sua gestão, totalizando mais de 50 instrumentos contratuais administrados pelas duas diretorias existentes. Ressaltou que esses contratos representam aproximadamente 40 milhões de reais por ano, correspondendo a mais de 50% do orçamento da Universidade. Explicou que esse montante decorre, em grande parte, da necessidade de contratação de serviços terceirizados indispensáveis ao cumprimento dos compromissos institucionais relacionados à manutenção e à operação da Universidade, abrangendo serviços de motoristas, limpeza, vigilância, portaria, logística, além de profissionais como pedreiros, pintores, serralheiros, marceneiros e outros trabalhadores especializados. Afirmou que a criação da nova diretoria permitirá centralizar a gestão de todos os aspectos relacionados à manutenção em uma única unidade administrativa, o que considerou um avanço significativo para a organização das informações e para o direcionamento das demandas das unidades acadêmicas e administrativas. Destacou que a nova diretoria congregará todas as temáticas de manutenção no âmbito da Instituição, proporcionando maior clareza, eficiência e efetividade na gestão dessas atividades. Na sequência, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. O Cons. Patrick Freitas questionou como ficaria a estrutura da Prefeitura Universitária - PU diante da nova configuração proposta, considerando que parte de suas atribuições seria transferida para a nova diretoria. Solicitou esclarecimentos acerca da forma

como essa reorganização seria implementada e de como ficaria estruturada a atuação da PU após a redistribuição das competências. Na sequência, destacou o dado apresentado de aproximadamente 40 milhões de reais destinados à área de manutenção, classificando-o como alarmante. Observou que esse montante reflete o crescente processo de terceirização dos serviços na Universidade e ressaltou que essa realidade deveria ser objeto de preocupação institucional. Esclareceu que sua manifestação não representa qualquer posicionamento contrário aos trabalhadores terceirizados, os quais considera fundamentais, mas sim uma defesa da valorização dos serviços públicos e do fortalecimento do quadro permanente de servidores. Por fim, observou que o aumento das despesas com contratos terceirizados vem impondo forte pressão sobre o orçamento da Universidade. O convidado Daniel da Costa esclareceu que a estratégia proposta para a nova estrutura da PROINFRA prevê três unidades administrativas com atribuições claramente definidas. Explicou que a DOB permanecerá responsável pelas atividades de planejamento, elaboração e gestão de projetos, execução e acompanhamento de novas obras, bem como pelo atendimento às demandas vinculadas à Fundação de Apoio à Universidade do Rio Grande (FAURG), que exigem a elaboração de projetos técnicos, o acompanhamento e a rastreabilidade dos respectivos processos. Informou que a PU passará a concentrar suas atividades na operação dos campi, abrangendo serviços operacionais como transporte, logística, limpeza, vigilância, portaria e demais atividades relacionadas ao funcionamento da Universidade. Esclareceu que as ações de manutenção serão concentradas em uma nova unidade administrativa, que passaria a reunir todas as atividades de manutenção institucional, promovendo a centralização da gestão, do planejamento, da fiscalização e da execução das demandas da Universidade. O convidado Rafael Paes manifestou que os esclarecimentos apresentados pela Senhora Presidenta e pelo convidado Daniel da Costa haviam sido suficientes para contextualizar a proposta. Afirmou que as alterações apresentadas constituem mudanças de natureza clássica em termos de organização administrativa. Informou que, quando a atual gestão assumiu a administração da Universidade, constatou que havia aproximadamente 40 milhões de reais em recursos e um elevado número de contratos sob a responsabilidade de apenas duas diretorias. Destacou que, diante desse cenário, tornou-se necessária a reorganização da estrutura administrativa, a fim de ampliar a capacidade de resposta da Pró-Reitoria, assegurar o cumprimento da legislação e reduzir a necessidade de celebração de contratos emergenciais. Acrescentou que a PROINFRA é a única unidade administrativa da Universidade que conta com apenas duas diretorias, razão pela qual a criação de uma nova diretoria contribuirá para um melhor equilíbrio na distribuição das atribuições. Ressaltou, ainda, que, a partir da experiência em outras instituições, especialmente em universidades que passaram pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e possuem mais de 130 prédios, verificava-se que a existência de um setor específico de manutenção era uma prática consolidada e necessária. Destacou que o desafio da manutenção da infraestrutura universitária permanece significativo e que a Instituição ainda precisa implementar um programa estruturado de manutenção, o qual pressupõem a existência de um setor responsável pelo planejamento e pelo controle dessas atividades. Nesse contexto, afirmou que a criação da nova diretoria representa uma ação estratégica, pois permitirá concentrar, em uma única área, os diferentes tipos de manutenção, como a de equipamentos, a predial e a elétrica, possibilitando o adequado direcionamento das demandas encaminhadas pelas unidades. Observou que, embora a Universidade ainda contasse com um número expressivo de trabalhadores terceirizados, esse quantitativo permanecia inferior ao verificado em outras universidades federais. Ressaltou que o maior desafio consiste em manter a Universidade em pleno funcionamento com a estrutura de pessoal disponível e que a criação da nova diretoria contribuirá para ampliar a capacidade institucional de responder às demandas das unidades acadêmicas e administrativas. Parabenizou a iniciativa, reconhecendo que a área de manutenção sempre representou um grande desafio para a gestão. Destacou que, apesar das dificuldades ainda existentes, a equipe vem observando uma melhoria gradual na maturidade dos processos e na capacidade de resposta da PROINFRA, refletida, inclusive, nas condições de conservação dos Campi. Manifestou a expectativa de que a nova estrutura proporcione resultados positivos. O Cons. Jorge Costa manifestou-se favoravelmente à criação da Diretoria de Manutenção, destacando que a proposta veio ao encontro das necessidades de quem atua diretamente nas unidades e enfrenta dificuldades para identificar a quem recorrer e onde buscar atendimento para as demandas de manutenção. Ressaltou que, sem uma estrutura de manutenção eficiente, as atividades-fim da Universidade ficam prejudicadas. Entretanto, registrou sua preocupação com a criação de novos cargos e com o possível inchaço da estrutura administrativa. Observou que, recentemente, havia sido criada uma estrutura e extinta outra, afirmando que, na condição de Conselheiro, não poderia se omitir diante da ampliação constante da estrutura administrativa. Esclareceu que sua preocupação não se dirige aos objetivos-fim da Universidade, mas ao crescimento contínuo de estruturas administrativas. Ponderou

que a área de manutenção realmente poderia necessitar de uma diretoria, embora entendesse que uma coordenação também poderia atender a essa finalidade. A Senhora Presidenta agradeceu a manifestação do Cons. Jorge Costa e esclareceu que, em ambos os casos, se tratava de uma reorganização das equipes existentes. Explicou que, no âmbito da PROGRAD, a equipe anteriormente vinculada à Comissão Permanente do Processo Seletivo (COPERSE), seria reorganizada para compor a nova diretoria, da mesma forma, no âmbito da PROINFRA, informou que a reestruturação consiste na redistribuição de atribuições anteriormente exercidas pela própria PROINFRA e pela Diretoria de Obras (DOB), formando uma nova estrutura organizacional. Destacou que, tanto na PROINFRA, quanto na PROGRAD, os diretores frequentemente acumulam diversas demandas sob sua responsabilidade, o que faz com que as atividades mais urgentes recebam prioridade, enquanto outras, igualmente essenciais para o funcionamento da Universidade, como a manutenção predial e os processos seletivos, acabassem sendo postergadas. Como exemplo, mencionou a DOB, explicando que, diante da aprovação de um edital da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) ou da liberação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), toda a equipe precisa concentrar esforços na elaboração dos projetos para garantir a captação dos recursos, fazendo com que as atividades de manutenção fossem deixadas a um segundo plano. Esclareceu que a divisão das equipes permitirá delimitar de forma mais clara as responsabilidades de cada setor, definindo aqueles que ficariam encarregados da manutenção e aqueles responsáveis pelos projetos e pela fiscalização das obras. Ressaltou que a equipe da DOB não atuaria apenas na elaboração de novos projetos, mas também na fiscalização e no acompanhamento da execução dos projetos que já haviam sido iniciados na Universidade. Considerou importante esclarecer ao Conselho a preocupação manifestada pelo Conselheiro Jorge, reconhecendo-a como pertinente. Entretanto, reiterou que as alterações propostas correspondem a rearranjos internos das equipes já existentes, sem ampliação do quadro de pessoal, tendo como objetivo aprimorar a resposta das pró-reitorias às demandas institucionais e proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores, permitindo que suas atribuições sejam desempenhadas de forma mais direcionada, evitando a necessidade de atuação simultânea em múltiplas frentes. Não havendo manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação e aprovada por unanimidade com palmas; **8º) Indicação do Cons. José Francisco Almeida de Souza - Processo nº 23116.008536/2026-19 - Concessão do Título Honorífico de Doutor *Honoris Causa*, conforme proposta aprovada pelo Conselho da Escola de Engenharia (EE) ao professor Ernesto Luiz Gomes Alquati** - A Indicação propõe a concessão do Título Honorífico de Doutor *Honoris Causa,* conforme proposta aprovada pelo Conselho da Escola de Engenharia (EE) ao professor Ernesto Luiz Gomes Alquati. A Indicação foi lida pelo autor. Na sequência, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. O convidado Mozart Martins Filho registrou a relevância do momento e manifestou o reconhecimento da Escola de Engenharia à trajetória do Professor Ernesto Alquati. Destacou que a indicação apresentada havia sido bastante completa e detalhada, mas considerou importante registrar que teve, e ainda tinha, o privilégio de conviver com o homenageado há muitos anos. Relatou que, na década de 1980, quando ambos trabalhavam no Campus Cidade, eram vizinhos de prédio. Informou, contudo, que sua maior aproximação com o Professor Ernesto ocorreu durante o período de implementação do REUNI, momento que mobilizou a Universidade em todas as suas áreas e esferas de atuação. Esclareceu que toda a infraestrutura decorrente do REUNI, envolvendo obras, recursos orçamentários, aquisição de equipamentos e construção de prédios, exigiu intensa articulação entre a PROINFRA e a PROPLAD. Na ocasião, o Professor Ernesto exercia a função de Pró-Reitor da PROINFRA, enquanto o Convidado Mozart estava à frente da PROPLAD. Ressaltou que o Professor Ernesto Alquati havia sido incansável na condução das questões relacionadas às obras, demonstrando permanente disposição e atuação junto à sua equipe da PROINFRA, que, segundo afirmou, desempenhou seu papel de forma exemplar naquele período. Acrescentou ser um momento extremamente rico para a Universidade, no qual o Professor Ernesto Alquati desempenhou papel estratégico de grande importância. Salientou, ainda, que jamais o viu se negar a enfrentar qualquer desafio, apesar da magnitude das demandas existentes, especialmente diante da criação dos novos Campi da Universidade fora do município do Rio Grande. Deixou registrado seu reconhecimento ao homenageado e informou que, embora não pudesse votar em razão de impedimento Regimental, faria questão de participar da Assembleia Universitária, no dia 20 de agosto de 2026, para cumprimentá-lo pessoalmente, por entender que ele era plenamente merecedor da honraria e do reconhecimento que lhe estava sendo concedido. Não havendo manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação e aprovada por unanimidade com palmas. A Senhora Presidenta informou que o Professor Ernesto Alquati havia sido surpreendido durante a reunião de fechamento de pauta do Gabinete do Conselho Universitário (CONSUN), da qual participava na condição de Presidente da 1º Câmara do CONSUN. Esclareceu que havia solicitado a mim, Bruna Coi, que não incluísse esse assunto

na pauta encaminhada aos três Presidentes das Câmara do CONSUN para a reunião de definição da pauta da presente sessão. Entretanto, como o Professor Ernesto estava presente na reunião, foi necessário solicitar, naquele momento, a inclusão do ponto na pauta. Relatou que, ao tomar conhecimento da Indicação, o Professor e Conselheiro Ernesto manifestou profunda gratidão e, ao mesmo tempo, com a simplicidade que lhe é característica, afirmou que a concessão da honraria representa um exagero por parte da Universidade. Esclareceu que ele informou que não compareceria à reunião do Conselho Universitário em que a matéria seria apreciada. A Senhora Presidenta informou, ainda, que tentou convencê-lo a participar da reunião, sugerindo, inclusive, que pudesse se retirar do plenário durante a apreciação desse ponto da pauta. Contudo, considerou que o Professor e Conselheiro Ernesto Alquati preferiu não estar presente. Disse, por fim, que ele ficou bastante emocionado com a proposição apresentada pela Escola de Engenharia, destacando que a homenagem representa um importante reconhecimento pelos seus 46 anos de dedicação à Universidade e pela atuação permanente em defesa da instituição; **9º) Indicação do Cons. Eduardo Pitrez de Aguiar Correa - Processo nº 23116.003906/2026-21 - Concessão do Título Honorífico de Professor Emérito, conforme proposta aprovada pelo Conselho da Faculdade de Direito (FaDir) ao Professor Péricles Antônio Fernandes Gonçalves -** A Indicação propõe a concessão do Título Honorífico de Professor Emérito, conforme proposta aprovada pelo Conselho da Faculdade de Direito (FaDir) ao Professor Péricles Antônio Fernandes Gonçalves. A Indicação foi lida pela Senhora Presidenta. Na sequência, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. A convidada Elisa Celmer, Vice-Diretora da Faculdade de Direito (FADIR), manifestou sua satisfação em participar da reunião do CONSUN em um momento tão significativo para a comunidade da FADIR, em razão da apreciação da indicação do Professor Péricles ao título de Professor Emérito. Informou que ainda exercia a função de Diretora da FADIR quando submeteu a indicação ao Conselho da Unidade. Afirmou que os 50 anos de trajetória do Professor Péricles na Universidade, por si só, já justificariam a concessão da honraria, ressaltando que todos os elementos apresentados na indicação corroboram a relevância de sua contribuição e a pertinência da concessão do título de Professor Emérito. Fazendo referência à indicação anteriormente apreciada pelo Conselho, observou que, assim como o Professor Ernesto Alquati, o Professor Péricles possui o título de mestre, e não de doutor. Relatou que, durante as discussões na FADIR sobre qual homenagem seria mais adequada, tinha convicção de que o Professor Péricles escolheria receber o título de Professor Emérito, por entender que sua verdadeira vocação sempre foi a docência. Destacou que esse reconhecimento teria, para ele, um significado ainda maior do que qualquer titulação de doutor, seja obtida pela via acadêmica ou concedida como Doutor *Honoris Causa*. Ressaltou a importância do Professor Péricles para a FADIR e para a Universidade, afirmando que ele é uma figura amplamente conhecida pela comunidade universitária e uma referência na defesa da instituição. Acrescentou que, mesmo diante de diferentes posições e correntes de pensamento, o Professor Péricles sempre demonstrou respeito às divergências. Como exemplo, relatou que, quando integrava o movimento estudantil, fez oposição à gestão do Professor Péricles enquanto ele exercia a função de Pró-Reitor da Pró-Reitoria de de Assuntos Comunitários e Estudantis, antiga Proace, e, posteriormente, tornou-se seu colega na FADIR. Compartilhou um episódio que considerou marcante em sua trajetória profissional que, quando o Professor Pomar foi nomeado Desembargador, o Professor Péricles assumiu, *pro tempore*, a Direção da FADIR e foi ele quem pautou, no Conselho da Unidade, a aprovação de sua nomeação como docente, após sua aprovação em concurso público. Acrescentou que, anos mais tarde, coube a ela assinar o ato de aposentadoria do Professor Péricles, fato que, segundo afirmou, simbolizava a relação de profundo respeito construída entre ambos ao longo dos anos. Justificou sua presença na reunião, apesar da manhã fria, em razão da importância da homenagem e destacou que o Professor Péricles sempre valorizou a educação e o pluralismo de ideias e continua sendo uma referência para a FADIR que, diante de temas complexos ou decisões relevantes da gestão da Unidade, era comum que a Direção buscasse ouvi-lo, razão pela qual era carinhosamente conhecido na FADIR como o "eterno decano", denominação que, segundo afirmou, permaneceria enquanto ele estiver entre eles, em reconhecimento à sua trajetória profissional, à sua sabedoria e ao exemplo de vida. Informou que, mesmo após a aposentadoria, o Professor Péricles permanece vinculado à Universidade por meio de contrato de serviço voluntário e continua exercendo a presidência do Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos - NuMe, atividade à qual dedicava especial apreço. Relatou que o próprio Professor Péricles havia afirmado que, caso se afastasse completamente da Universidade, sua vida perderia grande parte do sentido. Reiterou, assim, os argumentos constantes da indicação e solicitou a aprovação da homenagem, sugerindo que a concessão do título fosse celebrada com aplausos em reconhecimento à expressiva contribuição que o Professor Péricles prestou e continuava prestando à Universidade. O convidado Mozart Martins Filho parabenizou a FADIR pela iniciativa de propor a concessão do título ao Professor Péricles, bem como pela qualidade e riqueza das

informações apresentadas na indicação. Informou que havia participado recentemente de uma atividade com o homenageado na Câmara de Vereadores, oportunidade em que resgatou diversos aspectos de sua trajetória, destacando que todos eles estavam muito bem contemplados no documento elaborado pela FADIR. Relatou que ingressou na Universidade praticamente na mesma época que o Professor Péricles, há cerca de cinco décadas, período em que passaram a conviver. Acrescentou que, ao longo desses anos, essa convivência foi, em alguns momentos, mais próxima e, em outros, mais distante, mas que, mais recentemente, voltaram a atuar juntos no NUME. Destacou que o Professor Péricles sempre demonstrou grande dedicação à Universidade e concordou com as observações feitas pela convidada Elisa Celmer, especialmente quanto ao respeito que o homenageado sempre dispensou às diferentes posições e opiniões, mesmo diante de eventuais divergências. Afirmou que considerava muito importante que o Professor Péricles estivesse sendo reconhecido naquele momento e manifestou a convicção de que ele receberia a homenagem com grande satisfação, ressaltando que a escolha do título de Professor Emérito era plenamente adequada à sua trajetória. Registrou a importância do reconhecimento prestado pela FaDir ao Professor Péricles, destacando a relevância de sua contribuição para a Universidade. Não havendo mais manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação e aprovada por unanimidade com palmas; **10º) Indicação da Cons. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves – Processo nº 23116.008757/2026-97– Indicação de Comissão Especial para coordenar processo de escolha dos representantes dos servidores docentes, dos servidores técnico-administrativos em educação e dos estudantes para o Conselho Universitário – Biênio 2027/2028 -** A Indicação propõe a constituição da Comissão Especial para coordenar o processo de escolha dos representantes dos servidores docentes, dos servidores técnico-administrativos em educação e dos estudantes de graduação e pós-graduação para o Conselho Universitário (CONSUN) - Biênio 2027/2028. A Indicação foi lida pela autora. A Senhora Presidenta explicou que aquele era um processo realizado a cada dois anos e que competia ao CONSUN aprovar a criação da Comissão Especial responsável por coordenar o processo de escolha dos conselheiros para o biênio 2027/2028. Na sequência, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Informou que seria necessária a indicação de três conselheiros para compor a Comissão e esclareceu que a Secretaria dos Conselhos prestaria apoio em todas as etapas do processo. Em seguida, os conselheiros Christian Ramos Timm (discente), Cleusa Maria Lucas de Oliveira (técnica-administrativa em educação) e Marco Aurélio Gomes Barbosa (docente) colocaram seus nomes à disposição para compor a Comissão Especial. A Senhora Presidenta agradeceu aos Conselheiros pela disponibilidade em integrar a Comissão; **11º) Parecer nº 1/2026 da 2ª Câmara - Processo: nº 23116.007334/2026-50 - Prestação de Contas da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, relativo ao exercício 2025 -** O processo foi relatado pelo Cons. Leandro da Silva Saggiomo, o qual após análise da documentação que instrui o processo, votou pela aprovação da prestação de contas da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, relativo ao exercício 2025. O parecer foi lido pelo autor. Após a leitura, a Senhora Presidenta solicitou à convidada Elenise Rickes (Pró-Reitora de Planejamento e Administração - PROPLAD) que se manifestasse sobre a matéria. A convidada Elenise Rickes agradeceu o trabalho da 2ª Câmara e ao conselheiro Leandro Saggiomo pela relatoria e condução do processo. Dando seguimento, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. O cons. Marco Aurélio Barbosa parabenizou o relator pelo parecer e toda a equipe pelo trabalho, destacando que não havia qualquer inconformidade em relação à contabilidade ou à gestão da Universidade, o que, em sua avaliação, constituía o aspecto mais relevante da análise. Observou, contudo, que algumas questões eram de difícil alcance pelo parecer, em razão da complexidade e da dificuldade de obtenção de determinados dados relativos à gestão pública. Nesse sentido, solicitou a possibilidade de complementação com informações adicionais ou uma possível avaliação do tema. Esclareceu que o Tribunal de Contas da União - TCU possui um sistema de controle que verifica indicadores de desempenho das instituições, dentre os quais se encontrava o índice de endividamento. Explicou que os déficits orçamentários somente se tornavam evidentes nas demonstrações contábeis do ano subsequente e exemplificou que os dados referentes ao exercício de 2024 somente puderam ser identificados nas demonstrações que estavam sendo apreciadas naquele momento. Afirmou que compreendia as limitações enfrentadas pela gestão e ressaltou que a situação não decorria de falhas administrativas específicas, mas das restrições orçamentárias impostas ao sistema federal. Recordou que, há cerca de três ou quatro anos, o Governo Federal instituiu a reavaliação dos ativos das instituições públicas como forma de melhorar sua imagem, uma medida de cumprimento obrigatório para as universidades federais. Destacou que essa reavaliação patrimonial não significa dinheiro, pois somente será dinheiro se o ativo reavaliado for vendido, o que não vai se transformar em receita. Ressaltou a necessidade de acompanhar as questões relacionadas ao déficit orçamentário e

parabenizou a Senhora Presidenta pelo esforço empreendido na redução do déficit acumulado nos últimos anos. Comentou, entretanto, que desconhecia se seria possível alcançar o equilíbrio financeiro diante das condições atualmente enfrentadas pela Universidade, pois trata de uma questão institucional e governamental, e não de responsabilidade da gestão, destacando que todas as pessoas que haviam passado pela Reitoria sempre atuaram com responsabilidade. Registrou, ainda, sua preocupação com a situação das autarquias federais brasileiras e ressaltou a importância de discutir o déficit acumulado da Universidade. Solicitou a mim, Bruna Coi, Secretária dos Conselhos, que projetasse um relatório de endividamento elaborado pelo TCU (acesse aqui o relatório apresentado pelo Conselheiro https://drive.google.com/file/d/1OIujvLewbt6CedxQ5UatHHCcVUwVpnmP/view?usp=sharing) e explicou que os dados apresentados guardavam relação com diversos temas debatidos pelo Conselho, citando, como exemplo, a realização do vestibular, cujo impacto era extremamente oportuno para a questão orçamentária. Observou que o orçamento da federal era baseado em indicadores de sucesso, o que considerava contraditório, uma vez que o próprio órgão responsável pela avaliação não assegurava os recursos necessários para a manutenção das instituições. Ainda assim, reconheceu que todas as medidas adotadas até o momento contribuíram positivamente para esses indicadores. Acrescentou, entretanto, que o déficit acumulado permanecia preocupante e esclareceu que a diferença entre o valor orçado e o efetivamente executado somente seria evidenciada nas demonstrações contábeis do exercício de 2026, a serem apreciadas no ano seguinte, embora a Universidade já tivesse identificado internamente essa diferença orçamentária. Destacou que chamava a atenção para essa situação porque entendia que o Conselho deveria acompanhar a evolução desse cenário, visando à preservação institucional. Informou que os dados apresentados na projeção eram de difícil acesso, mas que havia conseguido obtê-los em razão de sua atuação junto ao TCU na área de governança pública. Esclareceu que sua solicitação não altera o mérito da aprovação das contas nem o conteúdo do parecer, propondo apenas a inclusão de informação relativa ao déficit do exercício anterior, o qual, em sua avaliação, já deveria estar devidamente mapeado pela Universidade. Ao comentar os dados projetados, informou que o déficit acumulado da Universidade aproximava-se de R$ 60 milhões, situação que considera preocupante em razão das possíveis repercussões futuras para a Instituição. Ressaltou, contudo, que estima uma redução entre R$ 8 milhões e R$ 9 milhões no exercício de 2025, o que representa um importante esforço de diminuição do déficit e que merecia reconhecimento. Acrescentou que não sabia se havia uma solução definitiva para esse cenário, observando que a estrutura universitária havia sido significativamente ampliada durante o REUNI, sem que os recursos para sua manutenção tivessem acompanhado esse crescimento. Afirmou que a redução do número de estudantes impacta diretamente o orçamento da Universidade, uma vez que os indicadores de sucesso eram influenciados pelo quantitativo de alunos matriculados, e questionou qual era o número de vagas atualmente disponíveis nos cursos de graduação. A Senhora Presidenta respondeu que a Universidade deveria contar, atualmente, com aproximadamente 12.000 estudantes e que, em 2015, quando o REUNI já se encontrava consolidado, durante a gestão da Reitora Cleuza Dias, a Universidade chegou a ultrapassar a marca de 12.000 alunos matriculados. O cons. Marco Aurélio Barbosa afirmou que a Universidade estava ocupando cerca de 60% de sua capacidade de vagas, situação que impacta o orçamento institucional, que cabe uma reflexão sobre a estrutura da Universidade e avaliar, inclusive, a viabilidade de reduzir a oferta de vagas como estratégia para melhorar os indicadores utilizados na definição do orçamento. Ressaltou que a questão era essencialmente orçamentária e advertiu que o cenário tenderia a se agravar nos próximos anos caso nenhuma medida fosse adotada. A Senhora Presidenta esclareceu que esse era um estudo que a gestão estava realizando e que ainda havia dúvidas quanto aos efeitos da eventual redução do número de vagas sobre os indicadores utilizados na matriz orçamentária, especialmente se essa medida efetivamente produziria impacto no orçamento ou apenas alteraria um dos indicadores de desempenho. Explicou que, no cálculo orçamentário, era utilizado o indicador denominado Total de Aluno Equivalente de Graduação (TAEG), cuja aplicação variava conforme a antiguidade dos cursos. Esclareceu que, para cursos com menos de dez anos de criação, o principal critério era o número de estudantes ingressantes e matriculados, independentemente da quantidade de concluintes. Já para os cursos com mais de dez anos, a taxa de sucesso, representada pela conclusão dos estudantes, passava a ter peso significativo na composição do indicador. Assim, ponderou que uma eventual redução no número de vagas poderia impactar negativamente o resultado final da TAEG. Informou que a gestão está realizando um estudo detalhado sobre a situação de cada curso da Universidade, considerando não apenas os dados mais recentes, mas também uma série histórica de, pelo menos, dez anos, de modo a compreender adequadamente a evolução desses indicadores antes de qualquer tomada de decisão. Afirmou que concorda com a manifestação do Cons. Marco Aurélio Barbosa de que os indicadores utilizados possuem impacto direto sobre o orçamento da Universidade.

Acrescentou que essa era uma das pautas atualmente debatidas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), embora ainda sem resultados concretos, mas que o debate continua em relação a matriz orçamentária do ensino superior, o qual deveria incorporar outros indicadores relevantes, além daqueles relacionados ao ingresso e à conclusão de estudantes, como projetos de extensão, projetos de pesquisa, produção científica, registros de patentes e demais ações desenvolvidas pelas universidades, de forma a refletir com maior fidelidade a amplitude das atividades institucionais. Declarou que, como Reitora, sua meta ideal seria zerar o déficit da Universidade, contudo, considerando a realidade institucional e o contexto orçamentário enfrentado, afirmou que o objetivo mais factível da gestão era reduzir o déficit para um valor igual ou menor a um mês de funcionamento da Universidade. Explicou que a gestão estava trabalhando para promover uma nova redução do déficit ainda no exercício corrente e também no exercício seguinte. Reconheceu que não acredita ser possível zerar o déficit nesse período, mas ressaltou que alcançar um patamar correspondente a um mês de funcionamento da Instituição proporcionaria maior segurança para a gestão e permitiria o planejamento de ações de desenvolvimento institucional com maior tranquilidade, situação que, segundo afirmou, começou a se tornar possível apenas no presente ano, diferentemente do cenário enfrentado no ano anterior. Na sequência, ao tratar do valor do déficit acumulado, solicitou que a convidada Jozeneidi Machado prestasse os esclarecimentos sobre o tema. A convidada Jozeneidi Machado explicou que os dados apresentados pelo TCU referentes ao déficit da Universidade considera as despesas de exercícios anteriores, que esses valores incluíam despesas obrigatórias que permaneciam para pagamento no exercício seguinte, portanto os dados apresentados pelo Cons. Marco Aurélio Barbosa não representam a realidade financeira atual da Universidade. Informou que a FURG já possuía o levantamento atualizado do déficit, de 2024, o qual constava na Prestação de Contas e no Relato Integrado. Esclareceu que o déficit referente ao exercício de 2025, considerando o levantamento das despesas do exercício anterior relacionadas especificamente ao funcionamento da Universidade, ainda não havia alcançado o montante de R$ 8 milhões, em razão do valor ainda ser definitivo, pois o encerramento do exercício poderia exigir repactuações contratuais, pagamento de despesas remanescentes, juros ou multas. Destacou que a execução orçamentária da Universidade havia apresentado evolução significativa e que a gestão realiza acompanhamento permanente da situação financeira. Informou que, semanalmente, são promovidas reuniões para discutir estratégias destinadas a aprimorar a execução orçamentária e reduzir o déficit da Instituição, reconhecendo, contudo, que ainda havia espaço para novos avanços. Acrescentou que, no exercício de 2025, a Senhora Presidenta conseguiu complementações orçamentárias importantes, especialmente para as despesas de manutenção e para as embarcações da Universidade. Explicou que, anteriormente, recursos destinados ao funcionamento institucional precisavam ser utilizados para custear as embarcações, e que em decorrência das negociações realizadas junto ao Ministério da Educação (MEC), a Universidade obteve um Termo de Execução Descentralizada (TED) para o período de 2025 a 2026, no valor de R$ 4 milhões, destinado às embarcações, o que permitiria direcionar recursos próprios para outras despesas. Ao final, dirigindo-se ao Cons. Marco Aurélio Barbosa, informou que poderia, posteriormente, apresentar os dados extraídos do Tesouro Gerencial, contendo o detalhamento da evolução do déficit da Universidade. O Cons. Marco Aurélio Barbosa concordou com os esclarecimentos prestados pela convidada Jozeneidi Machado e observou que sua estimativa em relação ao déficit do exercício de 2025 estava próxima dos dados apresentados. Ressaltou que reconhecia o trabalho sério e competente desenvolvido pela gestão e que esse é um dos grandes paradigmas da administração pública: mesmo quando as ações eram conduzidas de forma correta e responsável, nem sempre é possível alcançar os melhores resultados em razão das limitações externas. A convidada Jozeneidi Machado apresentou os valores dos déficits da Universidade referentes aos últimos exercícios. Em 2022, o déficit foi de R$ 10.885.000,00 e, em 2023, de aproximadamente R$ 11.172.000,00. Esclareceu que o valor apresentado pelo TCU provavelmente incluí despesas de pessoal pagas no exercício subsequente, decorrentes de pagamentos retroativos que foram registrados como despesas de exercícios anteriores, o que justificava a divergência entre os dados do TCU e aqueles apurados pela Universidade. Acrescentou que o déficit referente ao exercício de 2024, constante no Relato Integrado e objeto da prestação de contas em análise, situava-se entre R$ 11 milhões e R$ 12 milhões, ressaltando que esse era o valor que deveria ser considerado para fins de análise institucional. O Cons. Marco Aurélio Barbosa sugeriu que não fossem utilizados os dados do TCU, considerando que poderiam apresentar distorções em razão da metodologia adotada para o cálculo do déficit. Defendeu que a Universidade evidenciasse os valores efetivamente apurados, de forma a refletir com maior precisão sua realidade financeira. Acrescentou que seria importante registrar tempestivamente, por exemplo, a estimativa de déficit de aproximadamente R$ 8 milhões para o exercício de 2025, mesmo que o valor ainda não estivesse consolidado, destacando que as notas explicativas da prestação de contas

permitiam esse tipo de informação, ressaltando que essa medida evitaria interpretações equivocadas por parte de quem consultasse apenas os indicadores disponibilizados pelo TCU, os quais poderiam apresentar uma visão isolada da situação financeira da Instituição. Concluiu colocando-se à disposição da Universidade para colaborar sempre que necessário. A Senhora Presidenta esclareceu que a Universidade ainda não havia alcançado um déficit de R$ 8 milhões no exercício em curso e compreendia, no mês de janeiro, que a Instituição ainda efetuava pagamentos de despesas referentes ao exercício anterior, o que influencia os dados financeiros. Considerou importante que essas informações ficassem devidamente registradas, de forma a retratar com maior precisão a situação orçamentária e financeira da Universidade. O Cons. Cleber Palma manifestou uma dúvida quanto ao impacto dos indicadores de ingresso e permanência de estudantes sobre a situação orçamentária da Universidade. Questionou se, caso a Instituição atingisse 100% de ocupação das vagas e mantivesse níveis ideais de permanência e conclusão dos estudantes, isso seria suficiente para solucionar os problemas orçamentários enfrentados pela Universidade. Acrescentou que gostaria de compreender em que medida a melhoria desses indicadores seria capaz de resolver o déficit financeiro ou se a situação decorria de um processo mais amplo de insuficiência de financiamento das universidades federais. Explicou que seu questionamento tinha o objetivo de compreender melhor a dimensão do problema, uma vez que o tema era frequentemente mencionado, mas ele não possuía uma noção clara do impacto efetivo desses indicadores sobre o orçamento institucional. A Senhora Presidenta respondeu que não dispunha, naquele momento, do valor exato para responder ao questionamento, mas informou que a gestão poderia realizar esse estudo por meio da Sala de Situação e da SEGOV. Explicou que a matriz orçamentária funciona a partir da distribuição de um percentual correspondente a cada universidade e que para a FURG a matriz girava em torno de 1%, podendo variar aproximadamente entre 0,9% e 1,5%, e que esse percentual era calculado com base, principalmente, no número de estudantes ingressantes e concluintes dos cursos. Acrescentou que outros fatores também influenciam esse cálculo, citando como exemplos os cursos ofertados no turno noturno, os cursos realizados fora da sede e os cursos de Engenharia, que, em razão da necessidade de laboratórios e infraestrutura específica, possuíam maior peso na matriz orçamentária. Afirmou que, atualmente, além da disponibilização de mais recursos por parte do Governo Federal, a única forma de a Universidade aumentar seu orçamento consistia em melhorar o percentual na matriz orçamentária. Ressaltou que esses mesmos indicadores também eram utilizados para a distribuição de vagas de docentes e de técnico-administrativos em educação entre as instituições. Explicou que a distribuição de recursos suplementares, como aqueles destinados à Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), à extensão universitária e aos laboratórios, também era calculada com base no número de estudantes matriculados, portanto o aumento do número de estudantes aumenta o orçamento da Universidade. Informou não possuir uma resposta precisa para o questionamento, mas comprometeu-se a buscar essas informações, solicitando, inclusive, a colaboração do Cons. Marco Aurélio Barbosa nesse estudo. O Cons. Marco Aurélio Barbosa afirmou que poderia colaborar com o estudo proposto. Explicou que a metodologia de distribuição de recursos adotada pelo Ministério da Educação (MEC) ainda apresentava aspectos pouco transparentes, que na distribuição orçamentária do exercício de 2025, houve elementos de subjetividade, uma vez que determinados valores foram destinados a algumas instituições sem que os critérios utilizados fossem claramente justificados, indicando a existência de um componente político no processo de alocação dos recursos. Acrescentou que os indicadores utilizados pelo TCU eram mais objetivos e concretos e ponderou que essa subjetividade, em algum momento, deveria refletir-se em critérios técnicos. Entretanto, ressaltou que o processo de distribuição orçamentária ainda não apresenta o nível de transparência que, em sua avaliação, seria desejável. A senhora Presidenta explicou que o MEC elabora a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA), mas que, durante sua tramitação no Congresso Nacional, ocorrem alterações decorrentes da atuação de forças políticas, as quais influenciam a distribuição dos recursos entre as instituições. Ressaltou que parlamentares com maior influência política ou maior afinidade com determinados estados conseguem promover alterações na alocação orçamentária, o que também impacta os recursos destinados às universidades. Retomando o questionamento apresentado pelo Cons. Cleber Palma, afirmou que a Universidade enfrenta, de fato, fatores relacionados ao sucateamento institucional, mas ponderou que sua manifestação não deveria ser interpretada de forma equivocada. Esclareceu que, atualmente, mais de 50% do orçamento da Universidade é destinado ao pagamento de contratos de terceirização. Explicou que, ao mencionar o sucateamento, referia-se à redução do quadro de servidores efetivos em diversas áreas da Instituição. Disse que, atualmente, funções como intérprete de Libras, motorista, jornalista, porteiro, serviços de limpeza, vigilância, entre outras, somente podem ser supridas por meio de contratos terceirizados. Acrescentou que o orçamento da Universidade não é reajustado na mesma proporção dos contratos de terceirização, os quais sofrem atualizações anuais, tendo o

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como principal indicador. Assim, ponderou que, mesmo que a Universidade alcance 100% de ocupação de suas vagas, provavelmente ainda não atingiria uma situação plenamente confortável do ponto de vista orçamentário. Ressaltou que uma parcela significativa do orçamento que, há aproximadamente 15 anos, era destinada a investimentos em manutenção, aquisição de equipamentos e ações de ensino, pesquisa e extensão, e que atualmente precisa ser direcionada ao pagamento de trabalhadores terceirizados, responsáveis por garantir o funcionamento da Universidade. Afirmou que, atualmente, majoritariamente o orçamento era para o pagamento desses serviços. O convidado José Flávio Ávila manifestou duas considerações. Inicialmente, afirmou entender que um dos maiores problemas existentes no país era a destinação de parcela significativa do orçamento público para emendas parlamentares. Na sua avaliação, em um sistema presidencialista, a apropriação de aproximadamente R$ 61 bilhões do orçamento pelo Congresso Nacional para essa finalidade configura uma distorção do modelo de gestão orçamentária. Acrescentou que, em sua opinião, o país deveria optar por um regime parlamentarista ou fortalecer efetivamente o presidencialismo. Observou, ainda, que, ao comparar esse montante com os déficits acumulados das universidades, verificava-se que estes representam cerca de 10% do valor destinado anualmente às emendas parlamentares, o que considera uma situação preocupante. Na sequência, abordou a questão dos gastos com terceirização e questionou se a Universidade já havia realizado algum estudo comparando os custos atuais dos contratos terceirizados com aqueles que seriam necessários para manter equipes próprias compostas por servidores concursados, ainda que se tratasse de um exercício meramente hipotético. Reconheceu que a legislação vigente impunha limitações à criação e ao provimento de determinados cargos, mas sugeriu que fosse elaborada uma estimativa considerando o custo de uma equipe própria, composta por profissionais necessários para atender às atividades de manutenção da Universidade, todos posicionados no topo da carreira. Explicou que um estudo dessa natureza poderia fornecer subsídios importantes para o debate institucional. Exemplificou que, caso fosse demonstrado que a manutenção de servidores efetivos representaria uma economia significativa em relação aos contratos terceirizados, esses dados poderiam fortalecer a defesa de mudanças nos critérios atualmente adotados. Por outro lado, ponderou que, se o estudo demonstrar inviabilidade financeira, essa conclusão também seria relevante para orientar futuras discussões. Ressaltou que a terceirização consome parcela expressiva do orçamento da Universidade, estimando que esse percentual se aproxime de 50%, e observou que a tendência é de crescimento contínuo dessas despesas, sem que houvesse aumento proporcional das receitas institucionais. Acrescentou que, mesmo com eventual ampliação do número de estudantes por meio do vestibular e com o preenchimento integral das vagas ofertadas, essa medida seria insuficiente para solucionar os problemas orçamentários da Universidade, podendo apenas reduzir parcialmente seus efeitos, uma vez que os custos com terceirização continuariam aumentando ao longo do tempo. Por fim, embora estivesse participando da reunião na condição de convidado, lembrou que já havia integrado o Conselho em outras ocasiões e reiterou que a realização de um estudo comparativo sobre os custos da terceirização e da manutenção de equipes próprias poderia constituir um importante instrumento técnico para subsidiar futuras reivindicações institucionais e demonstrar, de forma objetiva, os impactos financeiros decorrentes do atual modelo de contratação. A Senhora Presidenta respondeu que a Universidade ainda não possuí um estudo com esse enfoque, mas informou que levaria a proposta para discussão no âmbito da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) por considerá-la extremamente pertinente para subsidiar o debate sobre o financiamento das universidades federais e os impactos da terceirização sobre o orçamento institucional. Explicou que, na ANDIFES, têm dois grupos que poderiam contribuir para essa análise: o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Gestão de Pessoas, que trabalha com dados relacionados ao quadro de pessoal, e o Grupo de Trabalho de Financiamento, responsável pelas discussões sobre o financiamento das universidades federais. Como exemplo de iniciativas recentes, relatou que, diante da demanda por intérpretes de Libras e de outros profissionais que atuam na área da acessibilidade, havia sido promovida uma alteração na legislação aplicável ao serviço público, permitindo que as universidades realizassem concursos públicos para contratação temporária de profissionais destinados às ações de inclusão. Esclareceu, contudo, que esses contratos continuam sendo custeados com recursos do orçamento de custeio da própria Universidade, razão pela qual a medida não solucionaria o problema estrutural. Acrescentou que esses profissionais podem permanecer contratados por até dois anos. Informou, ainda, que, em relação a esses profissionais, está sendo desenvolvido um estudo pelo Colégio Nacional de Gestores de Núcleos de Acessibilidade das Universidades Federais (CONACESSI), com o objetivo de demonstrar os custos envolvidos e evidenciar a necessidade de criação de cargos efetivos para atuação na área da acessibilidade. Ressaltou que a política de inclusão encontra-se cada vez mais consolidada nas universidades, o que considera um avanço importante, uma vez que, no

passado, tanto trabalhadores quanto estudantes enfrentavam maiores barreiras de acesso às instituições e aos seus diferentes espaços. A convidada Jozeneidi Machado informou que o déficit da Universidade, considerado apenas em relação às despesas discricionárias, totalizava R$ 13.010.380,29, esclarecendo que esse montante não inclui as despesas obrigatórias. O Cons. Artur Barcelos informou que faria uma reflexão para além dos aspectos orçamentários, considerando sua formação na área da História, da Arqueologia e das Ciências Humanas. Mencionou o filósofo inglês Mark Fisher, autor da obra "Realismo Capitalista", publicada em português em 2016, destacando que o autor foi um dos primeiros a desenvolver uma análise crítica sobre os impactos da internet e das transformações contemporâneas na sociedade. Ressaltou que Fisher analisou, entre outros aspectos, a incorporação da lógica empresarial ao ambiente universitário, evidenciada, segundo ele, pela adoção de termos como "inovação", "gestão", "risco" e "impacto", oriundos do universo corporativo e que passaram a integrar o vocabulário acadêmico. Prosseguiu afirmando que, em sua avaliação, qualquer gestão universitária, independentemente de quem a exerça, enfrentará, nos próximos anos, dois grandes desafios estruturais: o avanço da inteligência artificial e o fortalecimento da lógica neoliberal na administração pública. Observou que esses fenômenos deixaram de constituir temas de debate para se tornarem problemas concretos a serem enfrentados pelas universidades. Afirmou que, diante da redução do número de estudantes e das dificuldades de financiamento, as soluções adotadas têm seguido uma lógica de redução de gastos e ampliação da terceirização. Recordou a proposta do programa Future-se, apresentada durante a gestão do então Ministro da Educação Abraham Weintraub, ressaltando que participou, na FURG, da equipe responsável por analisar detalhadamente o projeto. Segundo relatou, a proposta previa uma ampliação significativa da terceirização, inclusive da própria gestão universitária, mediante a atuação de Organizações Sociais (OS). Acrescentou que modelos semelhantes já vinham sendo adotados em outros órgãos públicos, como bibliotecas, museus e fundações. Manifestou preocupação com o fato de que, em sua percepção, parte da comunidade universitária ainda encara esse cenário como uma crise passageira, semelhante à vivenciada na década de 1990. Recordou que, quando era estudante de graduação, a Universidade também enfrentava dificuldades orçamentárias, mas posteriormente houve expansão, especialmente durante a implementação do REUNI e da adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como mecanismo de acesso ao ensino superior. Ao abordar a retomada do vestibular por diversas universidades, afirmou que entende essa mudança como um retrocesso, embora reconheça que, diante do contexto atual, se trata de uma medida considerada necessária por muitas instituições. Disse que, em sua avaliação, a principal política que perdeu sustentação foi o financiamento da mobilidade estudantil nacional, finalidade para a qual o ENEM havia sido concebido, permitindo que estudantes de diferentes regiões do país ingressarem em universidades localizadas em outros estados. Recordou que participou da sessão do Conselho Universitário que deliberou sobre a adesão da FURG ao ENEM, em 2009, ocasião em que defendeu o caráter nacional da Universidade, ressaltando que, por ser uma instituição federal, ela pertencia a toda a sociedade brasileira e não apenas à comunidade local. Destacou que esse modelo proporcionou maior diversidade acadêmica e cultural entre os estudantes da Universidade, citando como exemplo o curso de Arqueologia, que recebeu alunos oriundos de diferentes estados brasileiros. Lamentou, contudo, que essa diversidade estivesse diminuindo nos últimos anos. Ponderou que os desafios atualmente enfrentados pela Universidade não devem ser compreendidos apenas como problemas de gestão, mas como parte de uma transformação estrutural mais ampla, capaz de redefinir o papel das universidades públicas e de outras instituições de ensino superior. Afirmou que o modelo de universidade que orientou as últimas décadas encontra-se em processo de esgotamento e que essa discussão extrapola divisões ideológicas tradicionais, sendo objeto de reflexão por diversos estudiosos contemporâneos. Manifestou surpresa pelo fato de a Universidade ainda não ter promovido um fórum, seminário ou simpósio voltado à discussão dessas transformações. Defendeu que a FURG deveria criar espaços institucionais para refletir sobre os impactos dessas mudanças sob as perspectivas política, filosófica e social, considerando os desafios que se apresentam para o futuro da educação superior. Ressaltou que, embora fosse indispensável enfrentar os problemas imediatos de gestão, também é papel do Conselho Universitário promover reflexões estratégicas sobre os rumos da Universidade diante das profundas transformações em curso na sociedade. A Senhora Presidenta afirmou que costumava dizer, em diferentes espaços de debate, que o Future-se não havia sido arquivado, mas vinha sendo implementado gradualmente, por meio de diferentes iniciativas. Comentou que, em sua avaliação, o programa não era um projeto concebido exclusivamente pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, mas integrava um conjunto de propostas defendidas por organismos internacionais. Citou, como exemplo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, segundo afirmou, também teria sido implementada por um processo da organização mundial do comércio. Considerou que, embora o Future-se não tenha sido aprovado em sua forma original, parte de suas diretrizes vem sendo

incorporada gradativamente às políticas públicas voltadas ao ensino superior, processo que vinha sendo observado no campo das políticas educacionais. Comentou a situação das instituições privadas de ensino superior, afirmando que muitas delas já não se apresentam apenas como universidades confessionais ou privadas tradicionais, mas passaram a se caracterizar como instituições públicas não estatais. Explicou que essa mudança decorria, entre outros fatores, da possibilidade de participação em editais e programas públicos destinados às universidades, permitindo-lhes também acessar recursos governamentais. Citou, como exemplos, universidades comunitárias e confessionais, entre elas a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e outras instituições existentes no Estado do Rio Grande do Sul. Afirmou concordar com a avaliação de que o modelo atual de universidade atravessa um processo de esgotamento e defendeu a necessidade de aprofundar esse debate no âmbito institucional. Considerou a reflexão apresentada pelo Cons. Artur Barcellos uma importante problematização e destacou que esse momento era especialmente oportuno, tendo em vista que a Universidade se encontra em processo de revisão de seu Estatuto, o que exige uma reflexão coletiva sobre sua identidade, missão e perspectivas para o futuro. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. A Senhora Presidenta informou que, nos termos do artigo 23 do Regimento Interno do CONSUN, o qual indica a duração máxima de 3 horas de reunião, essa seria suspensa após a conclusão da discussão do ponto que se encontra em apreciação. Comunicou que, no prazo regimental de até três dias, convocaria os(as) Conselheiros(as) para a continuidade da reunião na sexta-feira seguinte, quando serão apreciados os demais itens da pauta, destacando que ainda restavam assuntos de grande relevância a serem deliberados. Por fim, agradeceu a presença de todos e as diferentes manifestações realizadas ao longo da sessão. Nada mais havendo a tratar, às 12h35min, a Senhora Presidenta encerrou a reunião. A ata será disponibilizada a todos para apreciação e irá assinada pela Senhora Presidenta e por mim, Bruna Coi dos Santos, que secretarei a reunião.

Profa. Dra. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves

PRESIDENTA DO CONSUN

Bruna Coi dos Santos

SECRETÁRIA

Documento assinado eletronicamente por **Suzane da Rocha Vieira Goncalves**, **Reitora**, em 06/11/2026, às 21:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Bruna Coi dos Santos**, **Secretária**, em 09/11/2026, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.furg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0633513** e o código CRC **58EE8421**.
